

Celso Furtado, 100 Anos: O Longo Amanhecer: Reflexões Sobre a Formação do Brasil (1999) e Em Busca de Novo Modelo: Reflexões Sobre a Crise Contemporânea (2002)

FLÁVIO SAES (*)

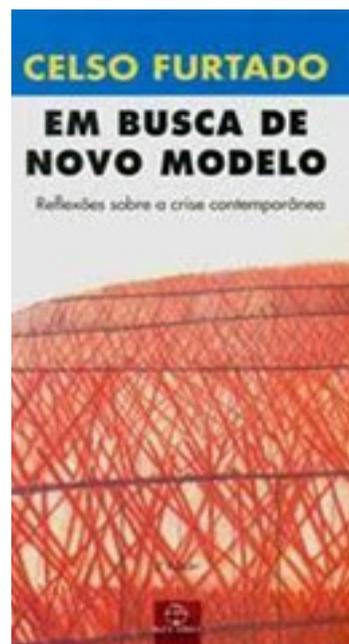
O Longo Amanhecer e *Em busca de Novo Modelo* são duas obras representativas da produção intelectual de Celso Furtado depois de 1990. Nesses anos, como antes, Furtado manteve intensa atividade ao publicar vários livros, inúmeros artigos, ao proferir palestras

e como membro de instituições internacionais. Em 1991, lançou o livro *Os ares do mundo*, que, junto com obras anteriores – *A Fantasia Organizada* e *A Fantasia Desfeita* – completou os três volumes da *Obra Autobiográfica* (1997, reeditada em 2014 num único volume). Também

publicou *Brasil: a construção interrompida* (1992), *O Capitalismo Global* (1998), *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural* (2000, 2ª edição revista pelo autor), *Raízes do Subdesenvolvimento* (2001).



O longo amanhecer
(Paz e terra, 2002)



Em busca de novo modelo
(Paz e terra, 2002).

O Longo Amanhecer e Em Busca de Novo Modelo são coletâneas de artigos que propõem, como indicam os subtítulos das obras, “Reflexões sobre a Formação do Brasil” e “Reflexões sobre a crise contemporânea”. São, ao todo, 14 artigos (sete em cada obra), aparentemente sobre temas variados, mas cujo fundamento último é o pensamento de Furtado sobre o subdesenvolvimento. Em breves textos autobiográficos, podemos acompanhar como se formou esse pensamento e como, nos anos 50 e 60, Furtado pôde transformá-lo em propostas de ação quando assumiu funções públicas. Outros textos retomam a constante atualização de suas reflexões diante das mudanças que ocorreram na economia brasileira e na mundial e também a ampliação de seus interesses que, para Francisco de Oliveira, vão além da economia em direção à filosofia (OLIVEIRA, 2003, p.32-34). O leitor das obras de Furtado anteriores a 1990 talvez perceba alguma diferença quanto à natureza de *O Longo Amanhecer e Em Busca de Novo Modelo*. O comentário de Rosa Freire d’Aguiar nos permite entender essa mudança:

Após uma trilogia de memórias escrita entre 1985 e 1991, ele retomou, em coletâneas de ensaios, os temas que lhe eram caros: o Brasil e sua inserção no mundo globalizado, o desenvolvimento em suas múltiplas dimensões. Entre a autobiografia e as reflexões sobre seu tempo, era che-

gada a hora dos balanços. (d’AGUIAR, 2015, p. 127).

Lembra também que há um claro contraste entre a produção de Furtado dos anos oitenta e a da década seguinte. Nos anos oitenta se nota a preocupação com temas urgentes, “escrevendo livros em tom combativo sobre a política econômica, a crise da dívida externa, a recessão em que se debatia o país no fim do regime militar” (d’AGUIAR, 2015, p.127). Já nos noventa, é a “hora dos balanços”.

Talvez se possa associar essa inflexão em suas obras às mudanças que ocorreram no Brasil na passagem dos anos 80 aos 90 e do modo como Furtado as viveu. Vale lembrar que, em 1964, por ter os direitos políticos cassados, Furtado deixou o país atendendo a convites de instituições acadêmicas no Chile, nos Estados Unidos e na França: aí vinculou-se, como professor, à Universidade de Paris I (Sorbonne). Só a partir de 1979, com a reforma política e a anistia, Furtado passou a vir ao Brasil com mais frequência.¹ Em 1981, filiou-se ao PMDB, liderado por Ulisses Guimarães, e passou a se engajar na vida partidária. A crise dos anos 80 (dívida externa, inflação, déficit público) e o fim do regime militar eram estímulos tanto para a discussão econômica quanto para a atuação política tendo em vista a luta pela redemocratização. Em 1984, a campanha para eleição presidencial (por via indireta, pois

a emenda das Diretas Já fora derrotada) levou Furtado a participar das discussões para formar a chapa de oposição. A Aliança Democrática reunia o PMDB e a Frente Liberal (a qual agrupava principalmente dissidentes do regime militar). Embora o PMDB fosse o partido mais identificado com a postura oposicionista, o candidato foi Tancredo Neves (vinculado à Frente Liberal). Foi formada uma Comissão do Plano de Governo com três membros indicados pelo PMDB (Furtado, José Serra e Luciano Coutinho) e três pela Frente Liberal (Hélio Beltrão, Sérgio Quintella e Sérgio Freitas), além de Sebastião Vital, ligado a Tancredo Neves. Em 15 de janeiro de 1984, Tancredo foi vitorioso no Colégio Eleitoral de modo que a Comissão deveria caminhar para suas conclusões.

Uma das questões centrais era o tratamento da dívida externa, em especial a redução dos gastos com o pagamento de juros, posição defendida por Furtado. Apesar das divergências, as discussões dentro da Comissão avançaram rumo a um documento final, mas a percepção de Furtado sugeria o destino a ser dado a esses trabalhos:

Esta Comissão foi muito provavelmente criada para não fazer nada, daí sua heterogeneidade e a presença de uma pessoa como Sebastião Vital, profundamente comprometido com a política atual, e de um membro da direção de um grande banco. Tudo foi concebido

dentro do estilo de Tancredo, de evitar definições claras em tudo que pode ser controverso. Ganha-se tempo e se dá a impressão de estar fazendo alguma coisa. (FURTADO, 2019, p.307-308)

Furtado também percebia alguma resistência à sua pessoa pela postura mais radical quanto à dívida externa, mas também por conta do jogo político interno:

A situação atual é a seguinte: está desencadeada contra mim uma ofensiva dentro do próprio PMDB, com origem na luta pela sucessão em São Paulo e que se apoia no arrivismo do Serra; em outra pista desenvolve-se a ofensiva maior dos interesses financeiros, locais e internacionais, que veem em mim uma pessoa extremamente incômoda, porque eles não podem me enganar nem comprar e sabem que tenho credibilidade diante da opinião pública. (FURTADO, 2019, p. 301)

Comentava também: “... no mundo tancrediano não existe espaço para mim” (FURTADO, 2019, p.312), o que era confirmado pela consulta a ele feita por Ulisses Guimarães sobre a possibilidade de ocupar a embaixada brasileira junto à Comunidade Econômica Europeia, em Bruxelas. (FURTADO, 2019, p. 311)

Além disso, após a eleição, Tancredo escolheu seu sobrinho, Francisco Dornelles, para o ministério da Fazenda. Dornelles fizera parte da

equipe de Delfim Netto no governo de João Figueiredo, a indicar a continuidade da política anterior e não um tratamento mais radical da questão da dívida externa como propunha Furtado.

Assim, atendendo à conveniência de seu partido, Furtado aceitou assumir a embaixada em Bruxelas e ali permaneceu até março de 1986. Porém, já pensava em novos caminhos:

Devo preparar-me para retomar minha tarefa de intelectual, sem vinculação partidária, dentro de breve prazo. Se aceitar missão no estrangeiro será como transição, que não deve demorar muito. Ter o sentimento de missão cumprida e sentir-se livre para recomeçar nova caminhada é o que importa no momento. (FURTADO, 2019, p. 321)

No entanto, em 1986 (após cerca de um ano como embaixador) foi convidado pelo Presidente José Sarney (vice que assumira após a morte de Tancredo) para ser o ministro da Cultura. Na verdade, no ano anterior, por sugestão de Fernanda Montenegro, com o apoio de artistas e intelectuais, o nome de Furtado fora proposto a Sarney, no entanto as conversas não prosseguiram até por Furtado não ter demonstrado interesse (FURTADO, 2019, p. 323). Porém, em 1986, novamente convidado, Furtado tornou-se ministro da Cultura. Havia a necessidade de estruturar o ministério que, segundo ele, não

tinha sequer um organograma. Igualmente importante foi a aprovação da Lei Sarney de incentivo à cultura (antecessora da Lei Rouanet). Porém, os *Diários Intermitentes* registram também seu envolvimento com as questões econômicas desses anos (basta lembrar que em 1986 foi editado o Plano Cruzado) e com as políticas (1988 foi o ano da Constituinte). Como ministro da Cultura, tratava com Sarney dos assuntos de sua pasta, mas também era consultado sobre temas econômicos. Com os colegas de ministério, em especial os ministros da Fazenda, discutia os rumos da política econômica; e no âmbito de seu partido – o PMDB – também expunha sua visão das questões econômicas e políticas. No ano de 1988, evidencia-se crescente divergência entre os chamados “autênticos” do PMDB (entre eles Furtado) e o presidente Sarney. Após a queda sucessiva de dois ministros da Fazenda ligados ao PMDB (Dilson Funaro e Luiz Carlos Bresser-Pereira), Sarney nomeou Mailson da Nóbrega para o cargo: sua política logo se mostrou um retorno ao passado de submissão às imposições do FMI. Por outro lado, ao avançar o trabalho da Constituinte, Sarney assumiu a defesa da prorrogação de seu mandato para cinco anos e, para tanto, buscou o apoio dos adeptos do presidencialismo agrupados no chamado Centrão (cuja característica já era de franco fisiologismo). Isso entrava em choque com as propostas do PMDB “autêntico” de um regime parla-

mentarista com mandato de quatro anos. Além disso, com o avanço dos trabalhos da Constituinte, Sarney passou a criticar principalmente as medidas sociais que eram propostas por constituintes, as quais iriam “arruinar o país” (FURTADO, 2019, p.386; 402), crítica dirigida principalmente aos “autênticos” do PMDB. Assim, a permanência dos ministros do PMDB tornou-se inviável. Mantiveram-se no ministério até a aprovação da nova Constituição e apresentaram em seguida seus pedidos de demissão. Furtado comenta a decisão em seus *Diários*:

Havia aceitado a pasta como uma missão – a de organizar o ministério recém-criado – e podia dá-la por cumprida ao sair agora. Isso me tranquilizava. Fora ministro jovem sem pertencer a qualquer partido. Mas já não repetiria isso, particularmente numa fase política complexa como a atual. (FURTADO, 2019, p.405)

Além disso, também ponderava: “A vida partidária em si não me interessa, pois não pretendo disputar cargo eletivo. Fora de uma razão maior, como foi a luta pela redemocratização do país, não tem sentido fazer vida partidária”. (FURTADO, 2019, p. 390)

Em suma, nesse momento se coloca novamente a alternativa antes exposta: “retomar minha tarefa de intelectual sem vinculação partidária” a refletir, certamente, seu

desencanto com os rumos da Nova República.²

Abandonada a atividade política, Furtado não se limitou, nos anos noventa, à produção intelectual, pois se envolveu em outras atividades. Como fizera anteriormente, participou de organismos internacionais: entre 1993 e 1995 da Comissão Mundial para Cultura e Desenvolvimento, órgão vinculado à UNESCO/ONU; entre 1995 e 1997 pertenceu ao Comitê Internacional de Bioética, também órgão da UNESCO. Tratava-se do reconhecimento de sua importância como homem público e intelectual para a compreensão de temas econômicos e sociais do tempo presente.

Em 1997, foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras na cadeira 11, sucedendo a Darcy Ribeiro, e em 2003 passou a integrar a Academia Brasileira de Ciências. Nesses anos, recebeu vários títulos de Doutor *Honoris Causa* de universidades do Brasil e do exterior: Universidade Técnica de Lisboa (1987), Unicamp (1990), UNB (1991), UFRGS (1994), UFPb (1996), Universidade Pierre Mendès-France/Grenoble-França (1996), Universidade Estadual do Ceará (2001), UNESP (2002), UFRJ (2002) – homenagens que valorizavam principalmente suas contribuições para o conhecimento dos processos do desenvolvimento-subdesenvolvimento.

1 Longo Amanhecer (1999) e Em Busca de Novo Modelo (2002)

Estas obras são expressivas da fase da produção intelectual de Furtado posterior à sua saída do Ministério da Cultura: são coletâneas de textos relativamente curtos que oferecem ao leitor uma síntese do pensamento de Furtado em torno de seu núcleo – a questão do desenvolvimento-subdesenvolvimento – e também de como o autor ampliou seu campo de visão, integrando os novos temas à linha central de seu pensamento.

1.2 De Pombal (Paraíba-1920) até a SUDENE (1959-1964): a unidade entre pensamento e ação

Em dois artigos – “Mensagem aos jovens economistas” (FURTADO, 1999, p.69-102)³ e “A responsabilidade do economista” (FURTADO, 2002, p.69-81) – Furtado traz algumas passagens autobiográficas que permitem acompanhar a formação de seu pensamento e também sua ação em funções públicas. Nesses relatos, se revelam momentos críticos e processos fundamentais do desenvolvimento brasileiro nos anos cinquenta e sessenta; em alguns deles, Furtado teve participação direta.

Nascido em Pombal, no interior da Paraíba, em 1920, Furtado relata que desde cedo tomou contato com a miséria e a violência que grassavam na região:

Quando nasci, o sertão da Paraíba ainda era assolado por cangaceiros e pelo banditismo. Os grandes fazendeiros eram as únicas autoridades. Para mim a ideia de poder estava ligada à de arbítrio e abuso. Fui criado vendo a violência desenfreada com que se tratavam as pessoas e a miséria reinante. (FURTADO, 1999, p.69)

Essa vivência da infância e da adolescência deixou raízes profundas que marcariam o sentido de seu pensamento e de sua ação (“compromisso com o povo ou com os que sofrem”).

Nos anos 40, Furtado foi para o Rio de Janeiro, onde fez o curso de Direito na Universidade do Brasil. Foi também aprovado, em concurso, para um cargo no DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público. Ao concluir o curso de Direito, foi convocado para ir à Itália com a FEB (Forças Expedicionárias Brasileiras) durante a 2ª Guerra Mundial. Voltou à Europa em 1947 para realizar o Doutorado na França (concluído em 1948) com uma tese sobre a economia colonial brasileira. Na Europa, pôde observar o esforço para a reconstrução de países quase destruídos pela guerra.⁴ Isso reforçou seu interesse pelo estudo da economia e da sociedade com uma “visão de conjunto dos processos, que é dada pela história” (FURTADO, 1999, p.71).

Em 1949, ingressou na CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), órgão da ONU, sediado em Santiago do Chile. Foi incumbido de organizar dados estatísticos sobre as economias latino-americanas, o que o levou a constatar o atraso do Brasil em relação à industrialização de outros países (como Argentina, Chile e México). Esse atraso se devia à inércia das forças políticas, à incapacidade de formular um projeto nacional: o Brasil era visto como um país essencialmente agrícola, uma economia reflexa (como dizia Eugênio Gudín, considerado a maior autoridade econômica do país). Observando as séries históricas, era claro para Furtado que a economia brasileira crescera nos anos trinta apesar da crise externa: a fonte do crescimento fora a indústria voltada ao mercado interno depois que a compra e queima de 80 milhões de sacas de café em 10 anos permitira a recuperação da economia diante do impacto da crise de 1929 e da Grande Depressão. Em suma, havia uma vocação industrial reprimida que foi liberada a partir do segundo governo de Getúlio Vargas e tornou a economia brasileira uma das mais dinâmicas durante 25 anos. Essa indústria se dirigia ao mercado interno e sua tecnologia era intensiva em mão de obra de modo a favorecer a ampliação do emprego.

Na CEPAL, Furtado conviveu com Raúl Prebisch, economista argentino e secretário-geral do órgão (“O centenário de Raúl Prebisch” in

FURTADO, 2002, p.83-94). Coube a Prebisch formular a noção de um sistema de relações econômicas internacionais composto por centro e periferia: esse sistema gera a tendência ao declínio da relação de trocas no comércio internacional (contra as economias periféricas, exportadoras de produtos primários). Embora Furtado em suas obras vá além do declínio da relação de trocas, a noção de centro e periferia é central para suas análises de desenvolvimento-subdesenvolvimento. Em artigo publicado em outro livro (*Brasil: a construção interrompida*, 1992) Furtado ressalta sua dívida intelectual com Prebisch para a concepção de subdesenvolvimento.

Em 1952, por meio de um acordo com o governo brasileiro, estabeleceu-se a cooperação entre a CEPAL e o BNDE. Furtado foi indicado como responsável por essa missão da CEPAL que produziu informações sobre a economia brasileira. Em Santiago, havia coordenado o grupo que elaborou um manual sobre *Técnicas de Planejamento*. As pesquisas do grupo CEPAL/BNDE e as técnicas de planejamento da CEPAL foram algumas das bases para a elaboração do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek. Furtado viveu de dentro esse momento importante do processo da industrialização brasileira. Em 1962, no livro *A pré-revolução brasileira*, ele se “autocongratulava” e explicava por que:

A economia de nosso país alcançou um grau de diferenciação – o que é distinto do nível convencional de desenvolvimento, medido pela renda *per capita* – que permitiu transferir para o país os principais centros de decisão de sua vida econômica. Em outras palavras, o desenvolvimento recente da economia brasileira não se fez apenas no sentido da elevação da renda real média do habitante do país, mas também assumiu a forma de uma diferenciação progressiva do sistema econômico, o qual conquistou crescente individualização e autonomia. (citado em FURTADO, 1999 p.42)

Tratava-se de superar o caráter de uma economia primário-exportadora, rumo à constituição de uma economia nacional, por meio de industrialização voltada ao mercado interno e com base em técnicas intensivas em mão de obra de modo a ampliar o emprego. Para tanto, a ação do Estado, em especial por meio do planejamento, havia sido essencial, em claro conflito com a visão liberal que prevalecia até então. Estava em pauta, portanto, uma ação para superar o subdesenvolvimento levando em conta as condições históricas específicas do Brasil.

Em 1959, Juscelino, por conta de um estudo sobre o Nordeste realizado pela equipe de Furtado no BNDE, convidou-o para criar a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste). Furtado avalia

que a política de industrialização do Nordeste foi bem-sucedida, pois permitiu a redução da diferença da renda média da região em relação ao resto do país. Já quanto ao social, dependente no essencial da questão agrária, a ação da SUDENE fracassou. A rejeição no Congresso do projeto de lei de irrigação para o Nordeste é exemplar das dificuldades políticas enfrentadas: o projeto envolvia a desapropriação de terras para mudar a estrutura agrária de modo a estimular a produção agrícola pois, permanecendo a concentração da posse da terra, a irrigação seria usada para a pecuária extensiva com reduzida geração de empregos. Como a alteração mais profunda da estrutura agrária foi bloqueada politicamente, restavam projetos mais localizados como a transferência de 100.000 pessoas para as fronteiras úmidas do Maranhão ou a irrigação de 2.000 hectares com a água do Rio São Francisco, medidas bem-sucedidas, mas insuficientes para mudar o quadro social do Nordeste (FURTADO, 1999, p.81-85).

Com a cassação dos direitos políticos em 1964, encerra-se esta fase da vida de Furtado em que a análise da economia brasileira, a reflexão sobre o subdesenvolvimento e a ação como homem público se complementavam e atendiam às preocupações com as questões sociais que vinham da sua vivência na Paraíba. Voltará à ação como homem público entre 1986 e 1988, como Ministro da Cultura, porém

não abandonou sua reflexão sobre os problemas do desenvolvimento-subdesenvolvimento, como registram vários artigos das duas obras em pauta.

2 O Subdesenvolvimento Brasileiro

A esperança depositada na industrialização dos anos cinquenta se desfez ao longo da década seguinte, pois não se eliminaram as marcas do subdesenvolvimento.

O subdesenvolvimento tem, na pobreza, sua mais nítida evidência. Para chegar às raízes do subdesenvolvimento brasileiro Furtado discute “O Problema da Pobreza no Brasil” (FURTADO, 2002, p.11-26). Coloca em foco as principais manifestações da pobreza: fome, habitação e educação. Ao comparar Brasil e Índia, Furtado nota profundas disparidades. Embora a renda *per capita* no Brasil fosse cinco vezes a da Índia, a poupança era de apenas 20% do PIB no Brasil ao passo que chegava a 24% na Índia. Ou seja, apesar da renda média maior no Brasil, poupava-se menos do que na Índia. Explica-se essa disparidade pela distribuição de renda: no Brasil, os 20% mais ricos absorviam 70% da renda total, ao passo que na Índia os mesmos 20% mais ricos controlavam 40% da renda total. Assim, apesar da renda *per capita* maior no Brasil, a população brasileira pobre tinha nível de vida similar ao da Índia. Poupança re-

duzida e pobreza estão associadas à concentração de renda e também à elevada propensão ao consumo dos grupos de altas rendas. Portanto, a problema da pobreza decorre menos do baixo nível da renda *per capita* do que de sua distribuição e do excessivo gasto com consumo (que limita a poupança disponível para investir em habitação e educação, por exemplo). Furtado lembra, ao tratar da fome, a contribuição de Amartya Sen: o problema estaria menos na oferta de alimentos do que na *habilitação* (*entitlement*) da população: para vencer a fome as pessoas devem deter ativos que as habilitem a participar da distribuição de renda. Para tanto, caberia uma reforma patrimonial que, na área rural, garantisse o acesso à terra, e na área urbana, à habitação. E o aumento da poupança permitiria gerar recursos para promover a habilitação da parcela pobre da população, por meio de educação e qualificação, como condição para obter renda do trabalho.

Esse retrato da pobreza no Brasil é resultado de um longo processo histórico que desde cedo foi objeto da reflexão de Furtado. O subdesenvolvimento – do qual a pobreza é a face mais visível – não é uma etapa do processo de desenvolvimento. Ele resulta da expansão das economias capitalistas – as do centro – que buscam utilizar recursos naturais e mão de obra das economias periféricas, em geral caracterizadas pela exportação de

produtos primários. Se Prebisch ressaltava a tendência ao declínio da relação de trocas entre economias centrais e periféricas, o interesse maior de Furtado é com as economias periféricas primário-exportadoras que, por sua dimensão, puderam estabelecer alguma produção industrial para o mercado interno. Essa produção – substitutiva de importações – procura imitar os produtos importados e, para isso, adota métodos de produção que permitam competir com a mercadoria estrangeira. Esses métodos usualmente são intensivos em capital/poupadores de mão de obra, pois respondem à escassez relativa de trabalhadores nos países centrais. Em consequência, a absorção de mão de obra excedente típica dos países periféricos se faz de forma muito lenta, não permitindo uma transformação da estrutura ocupacional. Setores marcados pela presença abundante de trabalhadores pobres continuam a ter peso importante na economia. Ou seja, apesar do aumento da renda *per capita* decorrente do avanço da indústria, a pobreza não declina de forma significativa. (FURTADO, 2002, p.30-32)

Esse resultado é reforçado pela já referida elevada propensão ao consumo dos grupos de altas rendas. Essa tendência gera uma pressão sobre a indústria voltada ao mercado interno para a constante atualização de seus produtos com o uso de técnicas mais modernas, normalmente poupadoras de mão de

obra. De certo modo, esses padrões de consumo se difundem para uma boa parte da sociedade acentuando o consumo elevado e a reduzida poupança. Numa conjuntura de crise na virada do século, Furtado integrava essas características ao quadro mais amplo do subdesenvolvimento:

[...] a crise que aflige nosso povo não decorre apenas do amplo processo de reajustamento que se opera na economia mundial. Em grande medida ela é o resultado de um impasse que se manifestaria necessariamente em nossa sociedade, a qual pretende reproduzir a cultura material do capitalismo mais avançado, privando assim a grande maioria da população dos meios de vida essenciais. Não sendo possível evitar que se difundam, de uma ou de outra forma, certos padrões de comportamento das minorias de altas rendas, surgiu no país a contrafação de uma sociedade de massas em que coexistem formas sofisticadas de consumo supérfluo e carências essenciais no mesmo estrato social, e até na mesma família. (FURTADO, 2002, p.35-36)

Assim, a adoção de padrões de consumo de economias mais avançadas, resultado da dependência cultural, impede uma redução importante da pobreza, pois: induz o sistema produtivo a utilizar técnicas intensivas em capital, gerando pouco emprego. Os elevados gastos com consumo limitam a poupança e, em consequência, os recursos

disponíveis para investimentos produtivos e na área social. Para que a parcela mais rica da população desfrute de um padrão de vida de economias com rendas *per capita* mais altas (por exemplo, dez vezes maior), é preciso que a renda seja concentrada nas mãos dos mais ricos, condenando grande parte da população à pobreza. É o que, em outra obra, Furtado denominou a “armadilha histórica do subdesenvolvimento”.

3 A Globalização

É usual afirmar-se que a globalização decorreu de um imperativo tecnológico (inovações produtivas e, em especial, em comunicações e em informática) e também que esse mundo globalizado seria “...a porta de acesso à estrada real que conduz ao uso pleno das potencialidades humanas, ou, para usar um conceito moderno, sinalizaria o fim da história”. (FURTADO, 1999, p.16)

Furtado contesta essa visão utópica da globalização; para tanto, busca suas raízes e, em especial, seus efeitos sobre as economias subdesenvolvidas.

A economia capitalista industrial é marcada pela instabilidade. A inovação tecnológica, fundamento de seu dinamismo, tem o efeito de ampliar a produção, mas também o de contrair a demanda (pois as

inovações, em geral, reduzem a demanda por trabalhadores). Daí a tendência à busca de mercados externos presente no capitalismo industrial desde cedo. O outro lado da insuficiência da demanda – a subutilização do capital – se expressa pela grande disponibilidade de recursos para investir no exterior.

O capitalismo industrial também provocou transformações sociais com a emergência da massa de trabalhadores e de sua organização em sindicatos definindo grupos e classes com consciência de seus interesses e dos conflitos inerentes às distintas situações sociais.

É nesse quadro conflitivo que emerge o Estado nacional moderno, fruto da evolução das formas de poder de raiz patrimonialista. O traço mais característico da sociedade moderna é a capacidade do Estado de administrar conflitos e produzir consensos em torno de interesses aparentemente inconciliáveis. (FURTADO, 2002, p. 47)

Essas transformações não impediram que a insuficiência da demanda inerente ao capitalismo industrial se manifestasse na forma de disputa agressiva por mercados externos e em grandes conflitos armados (como a expansão imperialista desde 1870 e as guerras mundiais). No entanto, os eventos dos anos trinta do século XX foram importantes para induzir a mudança no controle do poder de Estado relacionada, entre outros fatos,

com a gestão macroeconômica keynesiana que evitava a manifestação da insuficiência dos mercados.

Graças à atuação de forças sociais organizadas, os salários tenderiam a crescer, assim como os dispêndios públicos de interesse social. A verdade é que a evolução da economia capitalista pareceu apontar, na segunda metade do século XX, para um estágio superior de desenvolvimento no qual se conciliaram um elevado nível de utilização da capacidade produtiva e a redução das desigualdades sociais, com o aprimoramento do fator humano. (FURTADO, 2002, p.49).

Esse quadro se modificou nas últimas décadas do século XX: processos inflacionários minaram as políticas macroeconômicas, e os conflitos sociais e a inovação tecnológica enfraqueceram os movimentos sociais, desarticulando as estruturas políticas inerentes à expansão da segunda metade do século XX. Em particular, a crise do Estado do Bem Estar abriu espaço para uma nova forma de dominação agora tutelada por uma estrutura de poder transnacional. Ou seja, o Estado nacional não deixa de existir, mas cede grande parte de seu poder de decisão para as empresas transnacionais: estas definem a inovação tecnológica e a localização da produção (aproveitando vantagens relacionadas ao custo de mão de obra e de outros recursos) de acordo com suas conveniências. O interesse nacional,

antes expresso pela política do Estado atendendo às diferentes pressões sociais, é superado pela estratégia das empresas transnacionais. A concentração de poder impôs-se como o processo dominante, restringindo a governabilidade dos sistemas políticos. (FURTADO, 2002, p.50).

À globalização do sistema produtivo se agregou a globalização financeira. A enorme massa de liquidez presente na economia internacional, sempre em busca de mercados que ofereçam ganhos maiores, é uma ameaça constante à estabilidade das economias nacionais. Países, como o Brasil, ficam sujeitos à volatilidade desses recursos acentuando a instabilidade de suas economias.

O sentido da inovação tecnológica comandada pelas transnacionais (que constituem a vanguarda tecnológica) atende à sua estratégia empresarial:

A orientação assumida por este [avanço tecnológico] traduz a necessidade de diversificar o consumo dos países de elevado nível de vida. As inovações nas técnicas de *marketing* passaram a ter importância crescente. A sofisticação dos padrões de consumo dos países ricos tende a comandar a evolução tecnológica. Só assim se explica o desperdício frenético de bens descartados como obsoletos

e as brutais agressões na fronteira ecológica. (FURTADO, 2002, p.41)

Ao se integrar à globalização, um país periférico, como o Brasil, absorve as inovações produzidas pelas transnacionais que reforçam a adoção de padrões de consumo dos países de origem dessas empresas, cujo nível de renda é muito superior aos da periferia. Assim, reforça-se a necessidade de concentração de renda que já se manifestava na fase de industrialização substitutiva. Além disso, o enfraquecimento do poder do Estado nacional limita sua capacidade para se contrapor aos efeitos da globalização. Desse modo, os obstáculos econômicos e políticos à superação do subdesenvolvimento se tornam maiores e mais complexos.

4 Criatividade e Cultura

Ao longo dos anos, a produção intelectual de Furtado incorporou novos objetos que foram tratados em conexão com sua visão dos problemas do desenvolvimento-subdesenvolvimento. É o caso de temas como Criatividade e Cultura que a partir do final dos anos 70 deram origem a novas obras. *Em O Longo Amanhecer* e *Em busca de novo modelo*, estes temas voltam a ser tratados em perspectiva bastante abrangente, em especial no artigo “As duas vertentes da civilização industrial”. (FURTADO, 2002, p.53-68)

Criatividade e cultura dizem respeito às inovações produzidas pelas sociedades humanas. A possibilidade de inovações aparece quando se tem, na sociedade, a emergência de um excedente: não se trata mais de apenas reproduzir o que existe e sim de usar o excedente para ampliar e inovar o que é possível fazer. A criatividade sugere as novas formas produtivas e as novas formas sociais que o uso do excedente pode gerar e que dão origem a diferentes valores culturais.

Furtado traça um amplo panorama da transição cultural da época medieval até a ascensão da civilização industrial para mostrar as inovações que marcaram esse processo:

“A civilização industrial resulta da ação convergente de dois processos de criatividade cultural: a revolução burguesa e a revolução científica. Revolução burguesa entendida como imposição da racionalidade instrumental à organização da produção, e revolução científica entendida como predominância da visão da natureza, a qual é considerada como sistema dotado de uma estrutura racional e escrita em caracteres geométricos segundo a expressão de Galileu” (FURTADO, 2002, p. 55).

A racionalidade instrumental na esfera da produção corresponde à quantificação de todos os elementos do processo produtivo; o

qualitativo perdeu qualquer significado por não poder ser traduzido em quantidades. Da produção, a racionalidade instrumental – ou seja, o cálculo quantitativo – passa a estruturar relevantes processos sociais sem que os objetivos últimos desses processos sejam evidentes para as pessoas neles implicadas. Desse modo, a criatividade não mais se vincula à vida humana concebida como um fim em si mesma; agora ela se liga com os instrumentos que o homem utiliza para transformar o mundo.

A acumulação de capital, ao subordinar o conjunto das atividades sociais, promove a difusão da racionalidade instrumental à sociedade. Na economia, a racionalidade da acumulação se realiza pela inovação (novos produtos) e pela difusão (padronização do consumo). A criatividade está presente nos dois processos: pela invenção de novos produtos e pela difusão do consumo por meio da propaganda.

A acumulação também age como propulsor de forças sociais que operam na criação de novas formas culturais definidas a partir de contradições induzidas pela própria acumulação. Sociedades anônimas e greves são dois exemplos de novas formas sociais induzidas pela acumulação. Mas é na atividade política que melhor se manifesta a racionalidade instrumental, pois aí a criatividade se volta aos fins:

A atividade política é condição necessária para que se manifeste a criatividade no plano institucional, vale dizer, para que se inovem as formas sociais de maneira a reduzir as tensões que necessariamente gera a própria acumulação. Esta visa preservar o sistema de dominação social, mas não se efetiva sem transformações sociais, o que a torna dependente de inovações. (FURTADO, 2002, p. 63-64)

Os antagonismos inerentes ao processo de acumulação, expressos pela conscientização de grupos e classes, geram tensões que são absorvidas pelas instituições gestadas pela criatividade e que permitem a existência de um pluralismo ideológico.

Nas economias periféricas, mesmo quando ocorreu algum avanço da indústria, o impacto da acumulação sobre o plano político não foi relevante. A massa da população permaneceu sob a tutela dos grupos que controlavam as estruturas de poder, sem condições para uma mobilização autônoma que induzisse mudanças institucionais na política similares às das economias capitalistas avançadas. Podem ocorrer reformas políticas, porém apenas “por mimetismo ideológico e não por autêntica criatividade política”. (FURTADO, 2002, p. 66)

No caso do Brasil, a essa condição estrutural desfavorável ao pluralismo ideológico se somou o pró-

prio processo de formação cultural do Brasil.

No período colonial, a presença da minoria portuguesa foi dominante do ponto de vista cultural não só porque eram os senhores, mas também porque mantiveram ligações com a cultura europeia. Indígenas e africanos foram isolados de suas matrizes culturais e progressivamente privados da própria língua. A cultura portuguesa dominante incorporou apenas marginalmente motivos locais e valores das culturas dos povos dominados (FURTADO, 1999, p.60). Não havendo, na colônia, uma classe mercantil poderosa, o processo cultural foi dominado pela Coroa e pela Igreja. Exemplo desse domínio está na arte colonial com predomínio de valores religiosos mesmo numa época em que o Humanismo, na Europa, já trazia novos valores.

A inovação tecnológica da Revolução Industrial se manifesta na periferia do capitalismo, não nos processos produtivos, mas apenas pela incorporação dos novos produtos nos padrões de consumo de modo a ampliar o fosso entre as elites e o povo também no plano cultural:

O distanciamento entre elite e povo será o traço marcante do quadro cultural que emergirá como forma de *progresso* entre nós. As elites, como que hipnotizadas, voltam-se para os centros da cultura europeia. O povo era reduzido a uma refe-

rência negativa, símbolo do atraso, atribuindo-se significado nulo à sua herança cultural não europeia e negando-se valia à sua criatividade artística. (FURTADO, 1999, p.64)

Isolada da cultura das elites, a cultura popular se desenvolveu com autonomia, mesclando várias influências, o que deu origem às diferenciações regionais das expressões criativas da cultura popular.

Com a industrialização e a urbanização, a classe média em ascensão absorve valores das camadas populares presentes nas cidades. A cultura de classe média se aproxima da cultura popular, que deixa seu isolamento; no entanto, nessa aproximação se inicia também a descaracterização da criatividade popular.

Sobre esse quadro cultural em movimento se projeta o crescente papel da indústria transnacional de cultura que promove a modernização via dependência cultural: a classe média fica dividida entre a pressão dessa indústria e o apelo da cultura popular; e esta última se ressentida de ameaça crescente de descaracterização. Contra essa ameaça se observa alguma mobilização:

A emergência de uma consciência crítica em segmentos das elites cria áreas de resistência ao processo de descaracterização. Uma nova síntese depende da consolidação

dessa consciência crítica. (FURTADO, 1999, p.66)

Essa síntese poderá produzir uma cultura nacional sólida de modo a, no processo de globalização cultural, contribuir para o enriquecimento do patrimônio cultural da humanidade; ou estaremos fadados a consumir bens culturais adquiridos nos mercados?

“Ter ou não acesso à criatividade, eis a questão”. (FURTADO, 1999, p.67)

5 Caminhos da Reconstrução: Que Fazer?

A análise que Furtado faz da evolução da economia brasileira, que procuramos sintetizar ainda que imperfeitamente, mostra a crescente dificuldade para superar o subdesenvolvimento, dificuldade que se manifesta por meio de crises, inflação, desemprego etc. Em seu texto de 2002, Furtado registra o sentimento presente na população: “O Brasil atravessa uma fase histórica de desilusão e ansiedade”. (FURTADO, 2002, p. 27)

Isso não o impede de identificar os problemas e de sugerir caminhos para sua superação. No artigo “O Problema da Pobreza no Brasil”, a que nos referimos anteriormente, Furtado já indicava os pontos centrais que ele também trata no livro *O Longo Amanhecer* (Capítulo: Os

Caminhos da Reconstrução – Que Fazer?, p.32-43).

São três os problemas essenciais:

- 1) Fome/subalimentação/pobreza rural e urbana. Combate exige reverter o processo de concentração patrimonial e de renda para *habilitar* a população rural com o acesso à terra e a urbana com moradia; esse seria um problema similar ao da segurança pública e ao do combate a doenças infecciosas.
- 2) Concentrar investimentos no aperfeiçoamento do fator humano: elevar o nível cultural da massa da população; dotar a população, por meio da educação, de um ativo (qualificação) para obter uma renda do trabalho; aumentar a oferta de quadros técnicos.
- 3) Conciliar a globalização com a criação de empregos, privilegiando o mercado interno; orientar as transnacionais a realizar investimentos com essas características.

Furtado sabe que esses objetivos entram em choque com a lógica econômica convencional, mas os defende porque coerentes do ponto de vista político. Trata-se de explicitar os fins substantivos que se deseja alcançar contra a imposição da lógica instrumental implícita na acumulação comandada pelas transnacionais. Isso só é possível

por meio da ação política dirigida a enfrentar o impasse do subdesenvolvimento:

Somente a criatividade política impulsada pela vontade coletiva poderá produzir a superação desse impasse. Ora, essa vontade coletiva requer um reencontro das lideranças políticas com os valores permanentes de nossa cultura. Portanto, o ponto de partida do processo de reconstrução que temos de enfrentar deverá ser uma participação maior do povo no sistema de decisões. (FURTADO, 2002, p.36)

Além de lideranças políticas criativas e da participação do povo, a superação do impasse exige dos trabalhadores intelectuais uma ação de vanguarda para aprofundar a percepção da realidade social e evitar a irracionalidade que sustenta o aventureirismo político.⁵

Furtado admite que não se trata de tarefa fácil, o que não o impede de sempre formular a possibilidade de superação dos obstáculos ao desenvolvimento: “Numa palavra, podemos afirmar que o Brasil só sobreviverá como nação se se transformar numa sociedade mais justa e preservar sua independência política. Assim, o sonho de construir um país capaz de influir no destino da humanidade não se terá desvanecido”. (FURTADO, 2002, p. 43)

6 Uma Breve Nota Final

O Longo Amanhecer e *Em Busca de Novo Modelo* são duas coletâneas de textos relativamente curtos, mas extremamente densos que, de certo modo, condensam grande parte do pensamento de Furtado em cinquenta anos de atividade intelectual. A alguns dos textos das duas obras apenas fazemos referência nesta nota final, como o relativo ao federalismo (FURTADO, 1999, p.45-56) e os artigos sobre Machado de Assis, Rui Barbosa e Euclides da Cunha (estes três, conferências proferidas na Academia Brasileira de Letras). Também devemos registrar o interesse de Furtado por temas atuais: os desenvolvimentos da biotecnologia (como a clonagem de células animais e a possível clonagem de seres humanos) que, como as conquistas da física nuclear, ao lado dos benefícios potenciais, representam ameaças à sobrevivência da humanidade (FURTADO, 2002, p.51); e também o risco de, ao se generalizar o modelo da civilização industrial, incorrer em um custo ecológico que pode levar a uma catástrofe planetária. (FURTADO, 2002, p.78)

A recepção às duas obras de Furtado no meio acadêmico foi positiva. Em resenhas que pudemos localizar há mais concordância do que ressalvas, a exemplo de Marilena Chaui (2000), Francisco de Oliveira

(2002), Luiz Carlos Bresser-Pereira (2002) e Rômulo Manzatto (2018). Francisco de Oliveira anota que “não há, propriamente, nada de novo no livro” (*Em Busca de Novo Modelo*), mas ressalta a atualidade e a atualização de Furtado ao incorporar autores ausentes de suas obras anteriores e ao ampliar seu horizonte de observações. Bresser-Pereira apresenta duas objeções. Primeiro, discorda de que o consumo de bens de luxo pelos grupos de renda elevadas seja a causa da concentração de renda; argumenta que as empresas procuram levar pelo menos uma parte desses bens às populações mais pobres. Assim, a concentração resultaria da inovação técnica que diminui a demanda por trabalho não qualificado e do enfraquecimento dos pobres na defesa de seus interesses. A outra ressalva sugere uma contradição entre o argumento de que a reconstrução exige participação crescente do povo no processo de decisão, mas que a ação dos trabalhadores intelectuais como vanguarda evitaria a irracionalidade na condução das mudanças. Bresser-Pereira entende que a ação dos intelectuais não é suficiente, sendo necessária a consolidação da democracia. Marilena Chaui e Rômulo Manzatto concluem suas resenhas sugerindo uma leitura otimista de Furtado em relação às possibilidades futuras do país. Para Chaui, *O Longo Amanhecer* “...é otimista: seu tema não é o ocaso e sim a aurora”: Man-

zatto lembra que “O sonho confesso do economista brasileiro é o da construção de um país capaz de influir no destino da humanidade”. E conclui: “Longe de representar utopia ou quixotismo, essa é a aspiração de um sertanejo universal”.

As reflexões de Furtado nessas duas obras iluminam inúmeros temas cuja relevância não se perdeu no tempo. Creio oportuno, pela época que vivemos, lembrar dois deles. Furtado argumenta que a acumulação respondeu pela constituição de forças sociais antagônicas conscientes de seus interesses, o que deu origem a instituições políticas capazes de administrar conflitos e produzir consensos. Ao se referir ao “estágio superior de desenvolvimento” na segunda metade do século XX, certamente pensava no Estado do Bem-Estar Social. Quando, em relação ao Brasil, sugere que a reconstrução pressupõe a participação do povo no sistema de decisões, pensaria em algo semelhante? Nossa dúvida diz respeito às “forças sociais” em ação hoje no Brasil (e talvez no mundo): aparentemente fragmentadas, desarticuladas pelas inovações tecnológicas que mudaram o caráter do trabalho e reduziram o emprego, com interesses mais localizados e ainda sujeitos à captura por ideias difundidas por redes sociais ou outras formas de divulgação ideológica. Essas “forças sociais” serão capazes de adquirir consciência de seus interesses e agir politicamente? Em suma, como se promover a

crescente participação do povo no processo de decisão?

O segundo tema se refere à distinção entre racionalidade instrumental e racionalidade substantiva. Neste ano de 2020, uma epidemia mundial impôs um valor absoluto – a defesa de vidas; ou seja, em nome da racionalidade substantiva: se questiona a primazia da racionalidade instrumental. Talvez esse evento universal traga à tona outros objetos em que a racionalidade substantiva se impõe, como a preservação do meio ambiente e os rumos do desenvolvimento científico. Como diz Furtado, o planeta pode ser levado a uma catástrofe e a humanidade a uma ameaça à sua existência. O alerta de Furtado é hoje mais atual do que vinte anos atrás porque o tempo para reverter essas tendências destrutivas é cada vez menor.

Referências

- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Em Busca de Novo Modelo. **Revista de Economia Política**, v. 23, n.3, out-dez 2002.
- CHAUÍ, Marilena. Raízes do Atraso. O Longo Amanhecer. Reflexões sobre a Formação do Brasil. **Folha de São Paulo. Jornal de Resenhas**. 11 de março de 2000.
- d’AGUIAR, Rosa Freire. Celso Furtado – um retrato intelectual. **Cadernos do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, v.10, n.17, jul-dez 2015.
- FURTADO, Celso. **Brasil: a construção interrompida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **O Longo Amanhecer. Reflexões sobre a Formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____. **Em Busca de Novo Modelo. Reflexões sobre a crise contemporânea**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. **Diários Intermitentes: 1937-2002**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2019.

MANZATTO, Rômulo. Celso Furtado e a Busca por um novo modelo de desenvolvimento. **Informações FIPE**, n. 459, p. 58-60, dez. 2018.

OLIVEIRA, Francisco de. Em Busca de Novo Modelo. **Folha de São Paulo**, 12 de outubro de 2002.

_____. **A Navegação Venturosa. Ensaios sobre Celso Furtado**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

- 1 As informações sobre a política nos anos oitenta são relatadas por Celso Furtado em seus *Diários Intermitentes*, Capítulos 8 e 9.
- 2 Em fevereiro de 1988, Furtado refletia sobre a situação social e política do Brasil: “O grave é que não existe no país nenhuma corrente de pensamento realmente válida, indicando soluções de problemas fundamentais. A tragédia social se agrava e alastra. As massas de desempregados e subempregados acampam por toda parte. Com a penetração da droga, a criminalidade organizada aumenta e cresce de poder. As condições de vida de grande parte da população são calamitosas. Por outro lado, as elites se deixam embalar por um liberalismo imbecil e de imitação e procuram desmoralizar o Estado, único instrumento de que dispomos para enfrentar os problemas criados pela industrialização tardia e pelo consumismo mimético. Que me cabe fazer? Minha vocação para o apostolado, ou o quixotismo, já se esfumou. Talvez porque perceba que entramos num ciclo histórico que vai se desdobrar por muito tempo, além de meu horizonte de vida ativa”. (FURTADO, 2019, p.363)
- 3 Esse texto foi exposto em palestra realizada na FEA-USP em 18 de agosto de 1998. Creio

que alguns (talvez muitos) se lembrem da presença de Furtado na FEA: poltronas do auditório totalmente ocupadas, estudantes sentados nos degraus e no chão, outros em pé disputando o espaço das portas da sala.

- 4 Em 1947, na Bósnia, integrou uma brigada que reconstruiu o leito de uma estrada de ferro. Era um trabalho braçal (pás, picaretas) voluntário, que reunia principalmente jovens estudantes e operários. (FURTADO, 2019, p.99-103)
- 5 Furtado enfatiza o papel dos intelectuais: “O refinamento da sensibilidade e o estado de lucidez aguda que se manifestam em indivíduos superdotados nos momentos de crise podem imprimir excepcional brilho a épocas consideradas de decadência”. (FURTADO, 2002, p.33).

() Professor aposentado do Departamento de Economia da FEA-USP.
(E-mail: famsaes@usp.br).*